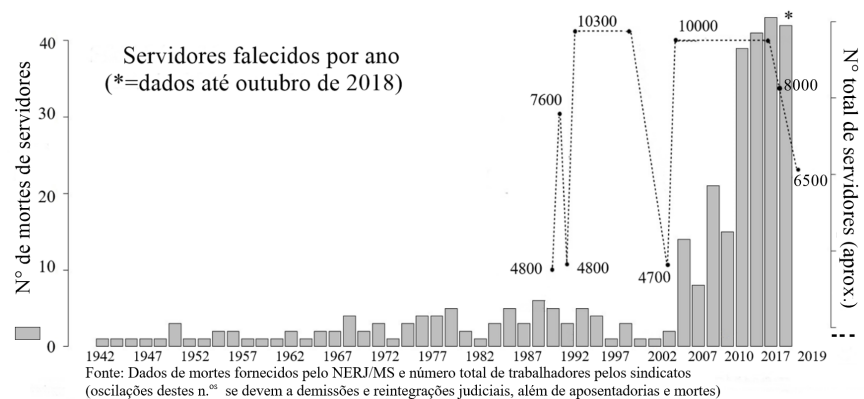


Agentes de Combate às Endemias (ACE), uma população em risco frente à Covid-19

A pandemia de Covid-19 vem afetando toda a população, em especial os que se encontram em situação de vulnerabilidade, como os trabalhadores/as de atividades consideradas essenciais pelas autoridades. Os/as ACE atuam no “combate” de vetores de doenças (como a dengue, zika, chikungunya) utilizando agrotóxicos, e a exposição contínua a estes venenos e ausência de acompanhamento médico tem resultado em danos à saúde desses trabalhadores. Alguns dos sinais e sintomas relacionados a esta exposição podem ser semelhantes a outras doenças. As condições do processo de trabalho colocam os ACE em risco de Covid-19, devido à circulação frequente e necessidade de entrada nas residências, e a semelhança dos sintomas pode prejudicar a adoção das medidas de prevenção, atrasar o diagnóstico e o tratamento e agravar o quadro de saúde.

Por isso, o Cesteh divulgou, em abril, uma Nota Técnica desaconselhando as visitas domiciliares pelos ACE enquanto durar a pandemia, pois o distanciamento físico é a principal medida de proteção à saúde, segundo o conhecimento científico atual, para trabalhadores/as e a população assistida. A NT também recomendou a implementação de estratégias de orientação à distância para prevenção de doenças transmitidas por vetores.

Os/as ACE têm lutado permanentemente para garantir direitos trabalhistas, como o acesso a medidas de prevenção de intoxicações, que incluem treinamento e EPIs adequados, acesso a exames periódicos e toxicológicos e exames para avaliação das condições



de saúde, principalmente pela exposição aos venenos e condições de trabalho que levam ao adoecimento e mortes precoces.

Desde o último concurso para a categoria (em 1994), os/as ACE em diferentes cargos (agente de saúde, agente de saúde pública, agente de combate às endemias e guarda de endemia), chegaram a um quadro de 10 mil servidores no Estado do RJ. Hoje, segundo o MS, são cerca de 6.200 trabalhadores/as, devido às aposentadorias e mortes. O projeto multicêntrico avaliou declarações de óbitos fornecidas pelos familiares, constatando que 75% estava em idade produtiva (40-59 anos), com média de 54 anos, abaixo da expectativa de vida dos brasileiros. As principais causas de morte foram doenças do aparelho circulatório (39%, incluindo insuficiência cardíaca, hipertensão arterial sistêmica, infarto agudo do miocárdio e doença isquêmica crônica do coração) e câncer (15%). Dados fornecidos pelo Ministério da

Saúde demonstram, numa série histórica desde 1942, um aumento no número de falecimentos destes servidores. Até o ano de 2010, o número era de menos de 10 óbitos anuais e, na década seguinte, aumentou significativamente em 400%. O número de afastamentos por doenças foi de 5.024 entre 2014 a 2018, segundo o NERJ/MS.

As doenças crônicas e os quadros de imunocomprometimento manifestados pelos ACE, somados às condições de insalubridade/precarização dos locais de trabalho, tornam estes/as trabalhadores/as mais suscetíveis a doenças infecciosas como a Covid-19, que também podem desenvolver agravamento do quadro. Instituições de saúde americanas, como CDC e OSHA, reconhecem que “pessoas de qualquer idade com sérias condições médicas subjacentes e presença de condições médicas crônicas” devem receber amplos cuidados. Há, ainda, necessidade de reforçar os serviços de saúde para prevenção e acompanhamento desses/as trabalhadores/as e familiares, incluindo sequelas desenvolvidas pela Covid-19 (como pneumologia e neurologia, especialidades do Cesteh).

A NT foi importante por permitir respaldo científico do Cesteh/ENSP/Fiocruz para garantir proteção aos ACE na pandemia, e fortalecer a luta dos trabalhadores e sindicatos por melhores condições de trabalho, evitando redução salarial por cortes nas rubricas que são recebidas pelo trabalho de campo.



EM DEFESA DA SAÚDE: CHEGA DE VENENO

Saúde não se vende, não se delega. Saúde se defende.

Ao longo das últimas décadas, os/as ACE vêm sofrendo exposição continuada a diversos tipos de agrotóxicos, alguns neurotóxicos e/ou cancerígenos, como os organoclorados (BHC e DDT), organofosforados (temefós e malationa), carbamatos (bendiocarbe), piretroides (deltametrina), benzoilureias (diflubenzuron).

A malationa foi empregada no fumacê pelo menos até 2019 e, por isso, o projeto lançou a Campanha pelo banimento da Malationa (Malathion) no Brasil devido à sua carcinogenicidade. A alternativa apresentada pelo governo (NOTA TÉCNICA Nº 1/2020-ÇGAR/B/DEIDT/SVS/MS), a partir de recomendação da OMS em 2019, foi o Cielo, que contém na sua formulação imidacloprido (proibido na Europa) e praletrina. Estudos demonstram que esses componentes podem causar alterações hematológicas, tumores no fígado, problemas renais, alterações neurológicas e motoras.

É inaceitável a existência de processos de trabalho que adoçam os/as ACE em prol de uma prática que pretende proteger a população de doenças transmitidas por

vetores, mas que prejudica a saúde. Existem métodos alternativos que não sejam centrados no uso de venenos, como remoção mecânica, armadilhas para redução e controle de populações de mosquitos, educação em saúde para a população, para que esta contribua na identificação dos focos e na confecção de armadilhas caseiras. Universidades e centros de pesquisa sem apoio financeiro, assim como os próprios ACE, vêm desenvolvendo essas alternativas, mas o uso em larga escala depende de uma política pública que se volte a medidas seguras e eficazes. É urgente deixar pra trás o modelo centrado no uso de produtos/venenos nocivos à saúde e ao ambiente, alguns proibidos ou já banidos em outros países ou restritos por acordos internacionais, mas que no Brasil são estimulados por diferentes setores.

Além disso, o saneamento básico é um direito e um bem público que deve estar acessível a toda a população, sendo indispensável para a prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores e não deve ser tratado como um negócio lucrativo para poucos, como vem sendo atualmente proposto através de parcerias público-privadas.

Projeto amplia parcerias: é preciso mudar o processo de trabalho dos/as ACE

O Fórum de discussão do projeto foi retomado de forma virtual, após um período de readequação às condições de trabalho remoto pela pandemia, visando à proteção de todos os envolvidos. Foram realizados ajustes nos trabalhos dos estudantes e nos instrumentos utilizados, como questionários e propostas de Grupos de Encontros sobre o Trabalho, sendo alterados para formato on line para investigação das condições de trabalho, saúde mental, privação de sono e alterações da imunidade relacionada à exposição aos agrotóxicos. As análises dos biomarcadores no laboratório devem ser feitas após retorno ao trabalho presencial. As bancas de avaliação dos trabalhos dos pós-graduandos do Programa de Saúde Pública e Meio Ambiente/Ensp envolvidos no projeto contaram com a participação de ACE (experiência de bancas populares exitosa da Fiocruz-PE incorporada ao projeto).

Neste período, o projeto avançou na integração multicêntrica, consolidando parcerias com o Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat)/IAM/Fiocruz-PE, UNIRIO e UEZO, e estabeleceu colaboração com o Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (Lavsá)/EPSJV/Fiocruz, responsável pela formação de ACE no RJ. Essa integração contribuirá para o aprofundamento das discussões e construção coletivas entre trabalhadores/pesquisadores, visando à transformação para um novo processo de trabalho dos/as ACE, superando o modelo adoecido centrado no uso de agrotóxicos, priorizando estratégias voltadas à promoção de métodos mecânicos e de educação em saúde.

Também estamos lançando novas estratégias para o processo de formação, como o Projeto Narrativas do Cesteh/Ensp/Fiocruz (em colaboração com Dihs) e Cine-clube virtual! Participe!



Novidade **Cine Clube Virtual**
Piloto: 16/09 Aguardem!



Saúde e trabalho dos ACE em tempos de pandemia:

processo de adoecimento e morte causado pelo uso de agrotóxicos neurotóxicos e cancerígenos banidos em outros países, aprofundado por Covid-19

26/08/20 | 18h - 21h

Coordenação: Ariane Leites Larentis (Cesteh/Ensp/Fiocruz)
Moderação: Leandro Carvalho (Cesteh/Ensp/Fiocruz)

Projeto Multicêntrico:
Estudo do Impacto à Saúde de Agentes de Combate às Endemias (ACE) no RJ
Luiz Claudio Nevelles (Cesteh/Ensp/Fiocruz)

Fumacê:
Toxicidade do Cielo, substituto da Malationa
Ana Cristina Simões Rosa (Cesteh/Ensp/Fiocruz)

Experiências exitosas de controle de vetores sem uso de agrotóxicos e propostas para a proteção dos trabalhadores expostos
Aline Gurgel (Fiocruz Pernambuco e GT Agrotóxicos Fiocruz)

Pesquisadores convidados:
Larissa Bombardi (USP) | Lia Giraldo Augusto, Leda Regis (contribuidoras por convite) e Aline Gurgel (Fiocruz-PE)
Márcia Saraiva (INCA-Brasília) | Gabriel Schütz (ESCALITE)
Edilene Pereira (EPSA/Fiocruz) | Fabíola Nunes (UFPR)
Cheila Bodor (Unicid)

Entidades apoiadoras:
Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos (Forum Social) | Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (Alon Tighi) | Defensoria Regional de DH no RJ (Thales Accornero Teixeira) | GT Saúde e Ambiente da Abrasco

Sindicatos participantes do projeto:
SintsaúdeRJ, Sindsprev/RJ, Sintrasef

Doação:

Apoio:



Ilustração: Antônio Ribeiro Martins (Dão)

Atenção:

Questionário **on line** para Avaliação das condições de trabalho, saúde mental, privação de sono e imunidade pode ser acessado no link:

<https://forms.gle/Qq45t7irCTtKfgde8>

Todos/as ACE (independente do vínculo) podem responder até 31/10!

